



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Reunião Extraordinária realizada dia 30 de novembro de 2022

Ata N.º 27

----- Presidiu esta reunião a Senhora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. -----

----- Encontravam-se, ainda, presentes os seguintes membros: o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, e os Senhores Vereadores Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, Anabela Capucho Caeiro e António Manuel Boto Fialho. -----

----- Secretariou a reunião o Senhor Nelson Fernando Nunes Galvão.-----

----- No Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, declarou aberta a reunião: Eram 14 horas e 30 minutos. -----

ORDEM DO DIA

Plano Plurianual de Investimentos 2023-2027 e Orçamento Municipal para 2023

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º 57/VP/2022, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 25 de novembro de 2022, referente ao Plano Plurianual de Investimentos 2023-2027 e Orçamento Municipal para 2023, proposta cujo teor ora se transcreve: -----

“PROPOSTA N.º 57/VP/2022

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2023-2027 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2023

Em ordem ao preceituado no n.º 1 do artigo 45.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, republicado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, com a alteração aprovada pela Lei n.º 66/2020 de 4 de novembro; e, na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/20013, de 12 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da Proposta do Plano Plurianual de Investimentos 2023-2027 e Orçamento 2023 do Município de Reguengos de Monsaraz, para posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- Continuou no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, procedendo, de seguida, à apresentação da proposta de orçamento para o ano de 2023 e do plano plurianual de investimentos.-----

----- Referiu que o Orçamento Municipal para 2023 tem como base o cumprimento dos compromissos financeiros já assumidos, o equilíbrio nas ações a implementar face ao pesado impacto dos compromissos financeiros assumidos e, acima de tudo, a dignificação dos cidadãos através de um orçamento com mais saúde, mais educação e mais apoios. Prosseguiu, referindo que o orçamento que tem um valor global de 17 milhões de euros, no qual está já comprometido



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

em despesas com pessoal 5,9 milhões de euros, em empréstimos e acordo de regularização de dívida 1,5 milhões de euros, em educação 1,6 milhões de euros, para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) 400 mil de euros, para a Estrutura Residencial para Idosos de Perolivas 1,2 milhões de euros, para energia elétrica meio milhão de euros, para transferências correntes 1,4 milhões de euros e para a atividade corrente 3,7 milhões de euros, o que significa que existe um total, já comprometido, de 16,1 milhões de euros, sendo a verba disponível para novos projetos e ações, de 900 mil euros. O orçamento de 17 milhões de euros para o ano de 2023 tem mais 1,4 milhões de euros em relação ao orçamento inicial para 2022, sendo superior em 9% relativamente ao orçamento apresentado no ano anterior, aumento que se deve, essencialmente, à previsão de receita e despesa das novas transferências de competências assumidas na área da educação e da ação social e, também, às transferências do orçamento do estado. Relativamente à receita, referiu que 87% é receita corrente, respeitante a duodécimos do Orçamento do Estado, competências assumidas, impostos diretos e vendas de bens e serviços e 13% receita de capital, que são transferências do Orçamento do Estado e projetos com financiamentos comunitários. Relativamente à despesa, 81% são despesa corrente, com pessoal, bens e serviços, impostos diretos, vendas de bens e serviços e transferências correntes e 19% de despesa de capital, passivos financeiros – EQ BEI e projetos com financiamentos comunitários. Prosseguiu, referindo não ser surpresa para ninguém, passado um ano de governação deste executivo, haver um rigor enorme nas contas, por isso deixou a certeza aos reguenguenses de que em 2023 o Município de Reguengos de Monsaraz vai poder sair do endividamento excessivo. Em 2022 a dívida foi reduzida em 1,2 milhões de euros o que significa que em 2023 conseguirá sair do mapa negro dos 20 municípios portugueses com endividamento excessivo. O Município de Reguengos de Monsaraz deixará, então, de ter um “espartilho” que irá possibilitar, de acordo com o rigor nas contas e de acordo com os compromissos anteriormente assumidos, a contratação de pessoal e o recurso a financiamento. Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou os novos investimentos da atual gestão autárquica, nomeadamente, 50 mil euros para a cobertura do edifício da Cartuxa, que foi amplamente difundido em termos de imagens publicadas nas redes sociais o estado em que este executivo herdou aquele edifício, que para além do lixo que lá havia, também a cobertura acabou por ruir, sendo património do Município que deve ser preservado, pelo que entendeu este executivo ser importante esta reabilitação. Para a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, estarem previstos 300 mil euros, sendo opção deste executivo não construir um novo campo de futebol, até porque o projeto era apenas o campo de futebol, não tinha balneários, nem qualquer estrutura de apoio, nem tão pouco tinha uma vedação, assim, foi entendimento canalizar este valor para a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, o que irá permitir a todos os reguenguenses usufruir desta infraestrutura municipal com muito mais condições, sabendo-se em que condições se encontra a cobertura e o piso daquele pavilhão. Para a construção de um campo de basquetebol de 3x3, referiu, foi prevista a verba de 20 mil euros, entendendo o executivo que o desporto é essencial para o bem-estar, para a saúde e para o crescimento das crianças e dos jovens, por isso tem a intenção de construir esta infraestrutura no Parque da Cidade de Reguengos de Monsaraz. Informou, ainda, que a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) de Perolivas, que já teve o seu início, decorre com normalidade e



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

daqui por alguns meses as Perolivas terá o tão esperado lar. Será, ainda, adquirido um autocarro, que aparecerá um pouco mais adiante naquilo que vai ser o investimento na frota em 2023, pois o autocarro existente necessita ser substituído, uma vez que deixará de ter licença, devido à idade, para circular com crianças. Informou, ainda, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que será, também, renovada a frota da recolha de resíduos sólidos urbanos para se poder contar, finalmente, com um novo carro do lixo, o que significará uma melhoria considerável nos serviços de recolha de resíduos urbanos e, por consequência, uma melhoria na qualidade de vida dos reguenguenses. Na área da saúde, informou ter ficado em sede de orçamento municipal, com esforço, mas com a certeza de que é fundamental, a verba de 35 mil euros para apoio à saúde, verba que será canalizada para várias situações, designadamente, para a captação de médicos para o Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz, podendo ser utilizada para compensar diferenças salariais, apoio nas deslocações, ou noutra apoio que se entenda, pois os cuidados de saúde primários em Reguengos de Monsaraz são deficitários, não pelo pessoal médico ao serviço, que é competente, mas pela falta dele, com a certeza, até porque já foram feitas diligências políticas nesse sentido, que com este incentivo se conseguirá atrair mais clínicos para o Centro de Saúde. Para a juventude, o Executivo deixou o valor de 14 mil euros para investir nos jovens do concelho, querendo que os jovens voltem para a sua terra e aqui fiquem. No orçamento, consta, ainda, uma verba de 25 mil euros destinada ao cinema, que se considera essencial o seu regresso em 2023. Prosseguiu, referindo que será elaborada uma nova página de internet para o turismo e, também, a renovação de material promocional. Para encargos com transferências de competências na área da educação estão orçamentos 1,6 milhões de euros e para área da ação social 61 mil euros, sendo estas as duas transferências de competências que o município já aceitou a partir de 1 de janeiro de 2023. Relativamente às transferências de competências, a nível nacional, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que têm sido um problema e uma grande “dor de cabeça” para todos os municípios e para os orçamentos municipais, verificando-se em relação à transferência de competências da área da educação um défice de 155 mil euros, ou seja, aquilo que o Governo transfere não cobre a despesa do Município nesta área. Referiu, ainda que a transferência de competências por parte do Governo foi completamente atabalhoada, estando todos os municípios a ser prejudicados com esta transferência. A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, continuou, explicando as opções do orçamento para que os reguenguenses percebam onde se gasta o seu dinheiro e a transparência deste executivo e, também, para que percebam a dificuldade em organizar um orçamento municipal. -----

----- Na área da educação, referiu, o município paga em combustíveis (gás) 25 mil euros, o que representa mais 594% relativamente ao ano 2022, falando-se de um aumento exponencial e absoluto do valor dos combustíveis; em bens alimentares, 70 mil euros; em material didático 24 mil euros para reforçar as escolas do concelho; em limpeza e higiene, foi contratada uma empresa para fazer a limpeza na escola que custa 70 mil euros, ou seja, aumentou 69% em relação a 2022 e em transportes escolares 88 mil euros, com um acréscimo de 4% relativamente ao ano anterior, valor que não inclui transferência de competências. Ainda em investimentos na educação, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município prevê gastos em eletricidade de 210 mil euros no ano de 2023; em refeitórios escolares (cantinas



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

escolares), à exceção da cantina da Escola Secundária Conde de Monsaraz, um aumento de 112% em relação ao ano de 2022, estando cabimentado para os próximos dois anos a verba de 276 mil euros; em transportes dos alunos com necessidades educativas especiais, que deriva da transferência de competências, um aumento de 105% em relação a 2022, com um valor de 38 mil euros; em atividades de enriquecimento curricular houve um aumento de 28% em relação ao ano anterior e estão orçamentados 31 mil euros; na Componente de Apoio à Família, que nada tem a ver com a transferência de competências, e este ano por opção do atual executivo é totalmente gratuita, com um orçamento para 2023 de 22 mil euros; no que diz respeito às atividades de apoio à família e às férias escolares prevê-se um aumento de 57% relativamente ao ano de 2022, estando orçamentados 20 mil euros. A Universidade Popular Túlio Espanca, que já existia em anteriores mandatos, esteve parada durante a COVID-19, sendo reativada no final de 2022, está orçamentada para 2023 a sua continuidade, custando ao Município de Reguengos de Monsaraz, por ano, entre aluguer de espaço, professores, material e coordenação pedagógica 37 mil euros. Prosseguiu, referindo que o projeto Educativo Local é um comprometimento do programa eleitoral do Partido Social Democrata que tem como objetivo levar o ensino não formal às escolas, sendo que este processo está a ser feito paulatinamente, este ano o cante alentejano já faz parte das AEC, querendo-se que façam, também, parte a olaria e a tecelagem, estando o valor cabimentado para as crianças do concelho e para levar as tradições à escola. No que concerne às bolsas de estudo para o ensino superior, foram aumentadas 38% em relação ao ano anterior, mais uma vez, foi entendimento do executivo que tudo aquilo que possa ser dinheiro sobranter seja investido e canalizado para os reguenguenses, por isso este esforço, prevendo-se que no próximo ano possa haver ainda mais bolsas para atribuir. -----

----- No investimento para a saúde, a Senhora Presidente referiu que o orçamento conta com 25 mil euros para medidas de apoio à saúde e 10 mil euros para equipamento, o que perfaz um total de 35 mil euros, os quais serão canalizados para melhorar os cuidados de saúde à população de Reguengos de Monsaraz. -----

----- Na área da juventude e cidadania, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que se realizará no ano de 2023, em Reguengos de Monsaraz, um festival da juventude, o qual foi proposta de uma juventude partidária, ainda assim, será um festival que envolverá todos os jovens reguenguenses. Haverá, ainda, uma bolsa de mérito jovem, que premiará um jovem pela sua prestação, seja cultural, desportiva, ou outra. -----

----- No que respeita à medida de Apoio à Fixação de Pessoas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que o executivo tinha uma maior ambição, mas ainda não foi possível neste orçamento, no entanto, com os dados da PORDATA, de acordo com os nascimentos ocorridos no concelho de Reguengos de Monsaraz no ano de 2022, será disponibilizada uma verba a todos os bebés nascidos no concelho, sendo possível gastar a mesma em farmácia, médico, roupa, fraldas, ou naquilo que os pais entenderem necessitar, sendo esta uma medida de apoio à fixação de pessoas e, sobretudo, uma medida de apoio às famílias reguenguenses. -----

----- No âmbito da proteção civil, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que para as faixas combustíveis, que é a limpeza das bermas das estradas, está orçamentado para 2023 cerca de 30 mil euros, com um aumento de 275%



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

em relação ao ano transato, o que dificultou o orçamento com todos estes aumentos exponenciais. Informou, ainda, que o Plano Municipal de Proteção Civil é um comprometimento que vem do anterior executivo, está paga a primeira tranche, estando, neste momento, em processo de finalização, estando cabimentados 7.100 euros para o pagamento da segunda tranche deste plano. O Protocolo e os apoios à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz são para o executivo muito importantes, por isso foi-se mais além dos 60 mil euros por ano e do apoio a uma Equipa de Intervenção Permanente, já protocolados pelo anterior executivo, colaborando-se com os bombeiros na criação de uma segunda Equipa de Intervenção Permanente e no investimento de 30 mil euros para equipar o carro de desencarceramento, considerando que o socorro às populações deve ser uma prioridade. Com a segunda Equipa de Intervenção Permanente, prosseguiu, haverá mais cinco bombeiros contratados o que colmatará algumas necessidades e algumas dificuldades que os bombeiros têm sentido, com o novo material para o carro de desencarceramento poderá garantir-se melhores condições de socorro à população e trabalhar com mais dignidade. -----

----- Continuou no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que o investimento no trabalho autárquico consiste na aquisição de licenças de software e informática, com um aumento de 100% em relação a 2022, num valor de 141 mil euros para 2023. Relativamente à quotização da Comunidade Intermunicipal Alentejo Central (CIMAC), a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que quando vai aos Conselhos Intermunicipais, Reguengos de Monsaraz e outros dois municípios, um deles Évora, que é um município enorme, e Vila Viçosa, que tem um problema com a CIMAC há já muitos anos, sendo sempre referenciados pela negativa e Reguengos de Monsaraz por ter o maior valor em dívida na CIMAC. O Município de Reguengos de Monsaraz tem vindo, paulatinamente, a corrigir esta situação e este ano quer “limpar” o seu nome, tentando pagar à CIMAC mais 70% do valor pago em 2022, por isso estão orçamentados 200 mil euros, sendo que este valor tem a ver com dívidas acumuladas anteriormente e com o facto de honrar os compromissos. A comparticipação municipal por projetos, que faz parte do pelouro do trabalho autárquico, ronda, este ano, os 35.500 euros. -----

----- Na área do desporto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que nas Piscinas Municipais são gastos em gás e eletricidade cerca de 65 mil euros ano, em professores de natação 31 mil euros e em vigilância e segurança (nadadores salvadores) cerca de 44 mil euros anuais. Em 2023 ficou em sede de orçamento 10 mil euros para a conservação do ancoradouro do Centro Náutico de Monsaraz, pois quem visita o Centro Náutico sabe que este ancoradouro tem muita necessidade de reparação, ficando contemplada esta reparação no orçamento municipal de 2023. Informou, ainda, que a vigilância e a segurança na praia (nadadores salvadores) custam à autarquia 31.300 euros, prevendo-se um aumento de 22% em relação ao ano anterior para vigilância das piscinas municipais e da Praia Fluvial de Monsaraz. Para atividades desportivas da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) estão orçamentados 9.800 euros. No apoio a associações desportivas o orçamento ascende a 190 mil euros, mais 5,5% em relação ao ano 2022. Para instalações desportivas, acrescentou que o Município disponibilizou para o campo de basquetebol de 3x3, a construir no Parque da Cidade, 22 mil euros e para a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

300 mil euros. -----

---- Ao nível dos recursos humanos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que as despesas com pessoal subiram mais 12% em relação ao ano 2022, o que advém do aumento com as remunerações dos trabalhadores, num total de 5.992.200 euros. Para formação foi orçamento para 2023 a importância de 7.200 euros, sendo a formação obrigatória, estando, assim, orçamentados mais 82% do que em 2022. O Programa de Estágios Profissionais para as Autarquias Locais (PEPAL) é um programa aberto pelo governo, estando o Município de Reguengos de Monsaraz disponível para o mesmo por considerar ser uma boa forma de aproximação dos jovens ao trabalho autárquico, estando orçamento o valor de 38 mil euros, para que logo que este programa abra haja a possibilidade de inserir jovens. Em termos de inserção profissional, referiu estarem orçamentados 130 mil euros, mais 93% do que em relação ao ano anterior. Referiu, ainda, que quando se refere a inserção profissional refere-se àquelas pessoas que vêm trabalhar para o Município pelo subsídio de desemprego ou pelo RSI, por haver necessidade de recursos humanos e estando a autarquia inibida de os contratar diretamente. No Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens informou estarem contemplados para o ano 2023 15 mil euros, mais 50% em relação a 2022, sendo este um programa que permite que os jovens entre os 16 e os 25 anos trabalhem no Município com uma bolsa de estágio, foram, assim, no ano 2023, duplicadas o número de vagas em relação ao ano anterior, para poder acolher os jovens reguenguenses na tentativa de aproximá-los do mercado de trabalho e de os motivar a ficar em Reguengos de Monsaraz. -----

---- Em despesas com energia, prevê-se um aumento de 62%, tendo o município uma despesa de 850 mil euros.-----

---- Em investimento no património está comprometido em orçamento a reabilitação da cobertura do Edifício da Cartuxa, a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) e, ainda, a Estrutura Residencial para Idosos de Perolivas.-----

---- Em investimento na cultura, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que o orçamento para 2023 é superior em 70% relativamente ao do ano anterior. Para a Biblioteca Municipal, para a leitura e livros, o orçamento aumentou em 43% em relação a 2022, para equipamentos o aumento foi de 100%, passando em 2023 a haver 10 mil euros para equipamento. Relativamente à Feira do Livro, haverá mais 44% de aumento de orçamento em relação a 2022, ficando 23 mil euros destinados à Feira do Livro, o que significa que com este investimento haverá uma melhor Feira do Livro para oferecer aos reguenguenses. No apoio às associações culturais haverá um aumento de 70%, com uma verba de 75 mil euros. No apoio às marchas populares, o aumento foi de 43%. No que diz respeito ao teatro o Município de Reguengos de Monsaraz irá, pela primeira vez, ter um investimento nesta área, contando com a presença do Teatro Nacional Dona Maria II e do CENDREV. Haverá, ainda, uma verba de 25 mil euros, para o regresso do cinema a Reguengos de Monsaraz.-----

---- Referiu, ainda, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, estar bastante clara a valorização deste orçamento, naquilo que são os serviços a prestar pelo Município de Reguengos de Monsaraz aos reguenguenses no ano de 2023. -----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

----- Continuou, referindo que o investimento na habitação social teve um aumento de 73% em relação ao ano anterior, com uma verba de 84.800 euros.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu, ainda, que na área do ambiente o investimento total e global é de 2.515.300 euros, o que perfaz um aumento, em relação ao ano 2022, de 8%. A limpeza urbana será reforçada em 80 mil euros, mais 135% em relação ao ano anterior, com a semi-proibição da aplicação do glifosato, medida que foi assumida por este executivo, e já tinha sido, também, pelo anterior, não usar este produto. Sabendo-se que existe um problema com a limpeza urbana, considera este executivo, que faz muita falta que as ruas estejam limpas, por essa razão o reforço na limpeza urbana com a monda mecânica e com a aquisição de um produto biológico, substituto do glifosato, que custará 10 mil euros. Somadas as duas componentes para reforço da limpeza urbana perfaz-se um total de 90 mil euros, esperando-se que o problema da limpeza urbana fique resolvido em 2023. Ainda em relação ao ambiente, os gastos com a importação de água ao fornecedor em alta estimam-se em 1.051.500 euros, com o saneamento 480 mil euros e com o depósito de resíduos sólidos urbanos para aterro o valor de 490 mil euros, o que pesa no orçamento, tendo-se verificado um aumento da tarifa de 35% em relação a 2022. A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou, ainda, que em 2023 não serão alterados os valores das taxas cobradas aos munícipes, deixando, de seguida, a nota, que todos os municípios, no último Conselho Intermunicipal, ficaram chocados com o aumento de 35%, significando em sede de orçamento quase meio milhão de euros aquilo que custa depositar os resíduos sólidos no aterro da GESAMB. Por fim, informou, ainda, que em 2023 será renovada a frota com a aquisição de uma viatura para a recolha de lixo, e que haverá uma verba de 10 mil euros para substituição de contentores, com um aumento em 100% em relação a 2022.-----

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para agradecer o envio dos documentos, conforme combinado e dentro das possibilidades dos serviços, tendo sobrado algum tempo, não muito, para os analisar, esperando poder contribuir para a discussão sobre o orçamento de 2023 do Município de Reguengos de Monsaraz. Disse, ainda, não ter sido enviado o parecer do Revisor Oficial de Contas, que no seu entender é um documento importante para se ter noção da posição de quem faz a avaliação de toda documentação.-----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal, solicitando à Senhora Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dra. Rute Murteira, que esclarecesse relativamente à questão suscitada.-----

----- Tomou a palavra a Senhora Chefe da Divisão de Gestão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, Dra. Rute Murteira, para informar ainda não ter o parecer do Revisor Oficial de Contas, ficando com a noção concreta de que a lei não obriga à emissão de um parecer do Revisor Oficial de Contas que acompanhe os documentos previsionais (orçamento). Referiu, ainda, não saber se esse documento veio sempre à Câmara Municipal em anos anteriores, mas pelo menos à Assembleia Municipal o parecer acompanhou os documentos previsionais. Continuou, referindo que no presente mandato foi contratado um novo Revisor Oficial de Contas, sendo entendimento deste não ser legalmente obrigatório um parecer a acompanhar os documentos previsionais, devendo o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

sobre a execução do orçamento, na altura certa, com base naquilo que foi planificado. Disse, ainda, que neste momento o ROC está a elaborar o relatório do 1.º Semestre de 2022, que será presente em reunião da Câmara Municipal e, também, no final do ano em sessão da Assembleia Municipal, não apresentando, até ao momento, disponibilidade para a elaboração de um parecer que acompanhe os documentos previsionais, até porque isso seria adicional àquilo a que a lei obriga.-----

----- Voltou a usar a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para agradecer o esclarecimento prestado pela Senhora Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Rute Murteira, podendo, também, o Gabinete Jurídico do Município ajudar a esclarecer esta dúvida, e logo que se obtenha a resposta será esta comunicada às Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, pois também não se lembra, enquanto Vereadora da oposição na Câmara Municipal, desta proposta vir acompanhada desse documento. A Senhora Presidente da Câmara Municipal, solicitou, de seguida, a ajuda do Secretário da reunião, Dr. Nelson Galvão, no sentido de perceber se o documento sempre foi entregue.-----

----- Tomou, de seguida, a palavra o Senhor Secretário da reunião para referir, com a ressalva de poder estar a confundir com a Prestações de Contas, mas pelo menos à Assembleia Municipal, julga que este documento era disponibilizado. --

----- Usou, de novo, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir que no ano anterior, quando foi feita a apresentação da documentação, esse documento foi apresentado na Câmara Municipal, era um relatório simples, composto por duas páginas. Referiu, ainda, que no presente ano, não sendo legalmente obrigatório o documento não será a ela que o irá exigir. Disse, ainda, que quem fez a redação do orçamento fez referência a esse parecer, pelo que não sendo obrigatório não deveria ter sido referido um documento que não irá ser apresentado. Referiu, ainda, julgar ser este um documento essencial para qualquer entidade tomar uma decisão em consciência, embora se saiba que quem fiscaliza a atividade municipal é a Assembleia Municipal. Continuou, apresentando as suas dúvidas, e algumas notas, relativamente ao documento “Plano Plurianual de Investimento para os anos 2023-2027”, referindo-se concretamente ao volume I, nomeadamente, à dotação de 2022 para 2023 que teve um aumento de 1,4 milhões de euros, no entanto ao nível de receitas destacou existir uma forte expectativa quanto às receitas correntes que advêm da venda de bens e serviços correntes, das taxas, multas e penalidades, questionando, de seguida, uma vez que na passada reunião fora aprovada, sem qualquer alteração, a Tabela de Taxas, Tarifas e Preços, se a previsão do aumento se refere às multas e penalidades, uma vez que as taxas não vão ser alteradas e não se prevê um aumento da população. Ao nível da despesa, referiu que aproximadamente 35% do orçamento municipal vai para recursos humanos e formação, sendo este o grande peso do Município, a segunda rubrica mais importante é o ambiente, seguida de despesas com a Câmara Municipal. Destacou, de seguida, a previsão de 6 milhões de euros para aquisição de serviços, que é aproximadamente 37% da despesa, subindo de 2022 para 2023 em cerca de 1,1 milhões de euros, questionando a razão deste aumento. Prosseguiu a sua intervenção referindo que com um orçamento assente em despesas correntes e prestação de serviços, e com base na apresentação da Senhora Presidente, não ter conseguido notar grande contenção ao nível da despesa, pelo contrário, houve uma subida que até está referenciada no texto introdutório do referido documento. De seguida,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

referiu que na página 21, no quadro objetivos e programas, saltam à vista os investimentos em algumas áreas que parecem essenciais, não se espelhando naquilo que a Senhora Presidente apresentou. Analisando o quadro resumo verifica-se que a saúde tem mil euros, embora a Senhora Presidente tenha referido que o investimento é maior, a cultura tem mil euros, havendo a referência que tem muito mais investimento, assim a informação não bate certo. Disse, ainda, perceber que, eventualmente, ao nível da gestão do programa orçamental a interpretação seja outra, mas este quadro síntese é complicado de perceber, havendo um grande investimento na área de ação social, compreendendo porquê, mas as áreas da saúde e da cultura, em sua opinião, estão muito pobres relativamente às restantes. Relativamente à educação, depois da apresentação da Senhora Presidente sobre as diferentes áreas, percebe que no mapa só constata 50 mil euros para 2023 e nada para os anos seguintes, parecendo-lhe haver algo que não faz muito sentido, pelo que solicitou, de seguida, esclarecimentos sobre este assunto.-----

----- Interveio, de imediato, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir não conseguir perceber a última questão apresentada pela Senhora Vereadora Esmeralda Lucena.-----

----- Voltou a usar a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para esclarecer que relativamente à educação, a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou todas as despesas, mas essa informação não se reflete no quadro resumo do documento do PPI.-----

----- Voltou a intervir a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, questionando se a Senhora Vereadora se refere ao quadro resumo, logo não está a falar de todo o documento.-----

----- Continuou no uso da palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir estar a falar sobre o primeiro volume, que o Plano também tem de ser analisado, obviamente que se analisa o outro documento, mas as coisas não batem uma com a outra, porque se este é o quadro resumo daquilo que vai ser o trabalho que se prevê desenvolver a nível orçamental, verifica-se que a saúde tem mil euros, a cultura tem mil euros e a educação tem cinquenta mil euros, nada disto batendo certo para o ano de 2023 com aquilo que a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou, poderá ter que ver com a estrutura do documento, mas não reflete a realidade daquilo que a Senhora Presidente acabou de expor. Prosseguiu, referindo que na página 22 lê-se, em rodapé, que “O PPI para 2023 é de aproximadamente 6,8 milhões de euros (2,12 milhões de euros são investimentos com financiamento definido e 4,64 milhões de euros são investimentos com financiamento ainda não definido)”, pelo que solicitou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal uma explicação da razão de 4 milhões de euros sem financiamento, questionando, ainda como é que é possível avançar, com as dificuldades financeiras apresentadas, para este tipo de proposta de investimento. Disse, ainda, existir no presente documento mais de 5 milhões de euros para medidas de âmbito social, compreendendo a estratégia, mas questionou se não deveria ter sido feito um ajuste diferente relativamente às áreas já referidas. Na página 29, destacou o peso que as transferências correntes têm para o município, com cerca de 48% de impacto na receita corrente que advém do Orçamento do Estado, solicitando, de seguida, esclarecimentos sobre o segundo parágrafo da referida página, porque fala-se do ano 2021 e do trabalho desenvolvido, para perceber um pouco melhor a estratégia do



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Município relativamente a esta situação. Questionou, ainda, sobre a mensagem transmitida no segundo parágrafo da página 30, que para si não é clara. Continuou, questionando a razão de se prever no quadro tão grande passivo de 2022 para o ano 2023, não percebendo esses valores porque a quebra é acentuada. Relativamente à página 37, questionou em que consistem as aquisições de capital de 2,6 milhões de euros em 2022 e de 2,1 milhões de euros em 2023, existindo uma diferença de meio milhão de euros, se tal tem a ver com as candidaturas e com o financiamento recebido do Fundo Social Europeu ou de outros programas que o Município tenha tido acesso. Referiu, de seguida, que na introdução do documento, refere-se a necessidade de devolução de verbas ao Fundo Social Europeu, falava-se em milhares de euros, mas denota que na página 43 são referidos 200 mil euros associados à candidatura “Cidade Europeia do Vinho 2015/Capital dos Vinhos de Portugal”, pelo que questionou se os dois valores apresentados na página 37 e na página 43 estão, de alguma forma, interligados, ou seja, se o meio milhão de euros de diferença está associado aos 200 mil euros que, eventualmente, o Município terá de devolver ao Fundo Social Europeu por não ser despesa elegível. -----

----- Tomou, de seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que os 200 mil euros são mesmo para devolver e não eventualmente como a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena referiu. -----

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena para questionar sobre a subida de 13% das despesas correntes, mencionadas na página 38, deduzindo que tenha a ver com a transferência de competências. Na página 39, no quadro plurianual de programação orçamental de 2023 para 2027, referiu, que o pico da receita é o ano de 2024, percebendo, depois da explicação da Senhora Presidente, que a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz no próximo ano deixará de fazer parte da lista dos municípios mais endividados, percebendo, ainda, a aposta no ano de 2024, porque não lhe fazia sentido durante a análise do documento, pelo que questionou sobre o pico de receita no ano de 2024, com mais 6 milhões de euros relativamente a 2023. Questionou, de seguida, qual o valor total de empréstimos da autarquia à data da elaboração deste orçamento, para perceber o peso desses empréstimos no orçamento que acabou de ser apresentado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Na página 46 estão indicados, com na base na Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Enquadramento Orçamental), os princípios a que o orçamento de 2023 dá resposta, no entanto, referiu verificar que não constam os princípios da estabilidade orçamental, da solidariedade recíproca, da economia, da eficiência, da eficácia e da transparência orçamental, questionando se será uma opção de escolha do executivo. Prosseguiu, referindo que o princípio da especificação, mencionado na alínea e) da página 46, deixa-lhe algumas dúvidas por se encontrarem muitas verbas alocadas à designação “outros”, significando este princípio que tem de se ser o mais específico possível, sendo esta uma das batalhas travada ao longo dos anos, onde muitas vezes se tem de fazer alterações ao orçamento e ao plano, precisamente por ser necessário ajustar despesas que vão surgindo ou por haver necessidade que sejam mais específicas. Continuou, questionando sobre um ponto em concreto, na página 26 do volume II, que refere 1,2 milhões de euros na rubrica “outros”, uma coisa são questões residuais, mas 1,2 milhões de euros de “outros”, causa-lhe alguma admiração, pois não se trata de um valor de menos importância, daí querer perceber o que incluem estes “outros”. Relativamente aos programas de inserção profissional, a Senhora Vereadora Esmeralda



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Lucena referiu que estes programas não podem, nem devem, ser uma resposta às necessidades dos postos de trabalho reais, achando que o caminho deverá ser o inverso, procurando não ser esta uma resposta para as necessidades da entidade patronal, seja pública ou privada. Referiu, ainda, compreender ser um recurso de há muitos anos, uma resposta que sabe ser necessária, mas com a qual não concorda, questionando o que está pensado para o futuro pelo Município de Reguengos de Monsaraz, em termos de estratégia de integração das pessoas que estão a chegar através de cartão social ou mesmo das respostas de RSI ou subsídio de desemprego, para que entrem no mercado de trabalho e não sejam encaminhados para este tipo de programas. Referiu, ainda, que ao nível daquilo que deve ser a articulação entre as questões de necessidade social e o mercado de emprego local, que pelo que sabe, tem muitas ofertas e as pessoas continuam a não ser integradas. No apoio às associações culturais referiu ter havido um aumento de 75 mil euros, cerca de 70%, relativamente ao ano de 2022, questionando, de seguida, a razão desse aumento, se haverá alterações ao regulamento, ou se preveem mais pedidos de apoio, uma vez que as associações estão enquadradas pelo Regulamento de Apoio ao Associativismo. Relativamente à listagem de projetos previstos pelo município para o próximo ano, apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, gostaria de saber onde se conseguiu o valor espetacular de 25 mil euros para aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, em comparação com o autocarro que são cento e tal mil euros, deduzindo que não seja novo, que seja usado, mas não deixa de ser um valor espetacular. Disse, ainda, ter ficado com dúvidas relativamente ao campo de basquete de 3X3, em que referiam que iria haver uma intervenção no campo de basquete 3X3 no Jardim Público, ficando com dúvidas onde seria o Jardim Público, porque entretanto já mudou a sua designação, pensando ser outro local. Por último, referiu ver que há preocupação com a ERPI de Perolivas, no entanto, após análise das futuras intervenções, constata que, infelizmente, a ERPI de Outeiro não consta do documento de previsões para os próximos anos, questionando se é esse o entendimento, se percebeu bem, ou se está enganada. -----

----- Voltou a tomar a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir ser com alguma tristeza que constata que da bancada do Partido Socialista não houve nenhuma referência positiva relativamente às verbas para o apoio às famílias, às verbas para reforço da área da saúde, na área do ambiente e na área da educação, no fundo, a tudo aquilo que foi apresentado aos reguenguenses e que tem a ver com o esforço feito em termos de orçamento, até porque, como se viu, uma fatia gigante já está comprometida. Prosseguiu, referindo ter alguma pena de não ver da parte da oposição uma palavra positiva ao esforço do Partido Social Democrata para melhorar a vida das pessoas ao nível da saúde e, também, ao nível do apoio às famílias ou ao nível da educação, infelizmente ficaram com esse défice por parte do Partido Socialista. -----

----- Interveio, de imediato, a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir que o debate apenas se iniciou, ainda não foi concluído. -----

----- Continuou no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que as notas positivas, normalmente, são dadas no início, quando vêm depois já vêm em “a talho de foice”. Prosseguiu, referindo que as



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Senhoras Vereadoras do Partido Socialista já estiveram inseridas neste meio e, eventualmente, na dificuldade que é trabalhar um orçamento com tantas dificuldades, por isso tem muito orgulho num orçamento que é dirigido às pessoas, pelo que gostaria de ter ouvido uma palavra, no entanto, as pessoas lá em casa tirarão as suas conclusões relativamente a isso. Relativamente ao reforço para os programas de inserção profissional, e na sequência do referido pela Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, de este ser um recurso de há muitos anos e não concordar com ele, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que este é um recurso com o qual o executivo, também, não concorda, quer no mercado de trabalho privado, uma vez que há várias ofertas de trabalho, quer no público, parecendo-lhe até, bastante injusto e que gera insegurança e ansiedade nos trabalhadores. Disse, ainda, ter oportunidade de falar com as próprias pessoas inseridas nestes programas, entendendo a insegurança que gera e sendo a primeira pessoa a estar ao lado delas na compreensão dessas questões. Recordou, de seguida, e citando a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena que este “*é um recurso que se recorre há muitos anos*”. Prosseguiu, referindo, que o Município está com excesso de endividamento, está com um saneamento financeiro, não deixando de forma nenhuma aumentar a dívida, nesse sentido, não se podem contratar pessoas. Prosseguiu, referindo esclarecer sempre quem procura a Câmara Municipal para pedir emprego que enquanto não houver capacidade de sair deste excesso de endividamento haverá muita dificuldade em contratar pessoas, por não se poder aumentar a dívida, uma dívida deixada pelo Partido Socialista, só o podendo fazer na medida em que alguém se vai aposentando, colocando a autarquia numa situação incomoda para todos e tendo de recorrer aos programas de inserção profissional. Relativamente à inserção no mercado de trabalho privado, referiu, ter sido reforçada, já há alguns meses, a procura das pessoas ao Gabinete de Reinserção Profissional do Município de Reguengos de Monsaraz, no sentido de ser dada indicação sobre as ofertas de trabalho, que por sinal, têm vindo a diminuir bastante, podendo ter a ver com uma questão sazonal ou à importação de mão-de-obra. Referiu, ainda, que a inclusão de pessoas na Câmara Municipal por via de concurso, neste momento, não é possível fazer por culpa do excesso de endividamento deixado pelos executivos do Partido Socialista, por outro lado, relativamente à inserção no mercado de trabalho privado o Município tem contado com o técnico do Gabinete de Inserção Profissional para fazer o melhor trabalho possível junto das pessoas. A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu, ainda, que gostaria de perceber o que se passa com o quadro síntese que Senhora Vereadora Esmeralda Lucena referiu não bater certo com aquilo que é o caderno do orçamento e onde estão inscritos todos aqueles valores que foram enunciados na sua apresentação. Por fim, esclareceu, relativamente aos 25 mil euros da viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, que a mesma não será nova, deixando, de seguida, um louvor àquilo que tem sido o trabalho do Senhor Vereador António Fialho e do Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, de procurarem no mercado, de se deslocarem, de saírem dos gabinetes, de falarem com muita gente, acompanhados por funcionários do município, no sentido de fazerem o melhor negócio e, sobretudo, que seja o mais vantajoso para os reguenguenses e que faça com que a sua vida melhor, as suas condições melhorem e que haja sempre mais fundos disponíveis, mais capital disponível para investir na sua saúde, na sua educação, no ambiente e no apoio às famílias.-----



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

----- Tomou, de seguida, a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal António Fialho para referir que as rubricas “outros” têm sido prática dos orçamentos anteriores, prevendo que não se façam alterações em todas as reuniões da Câmara Municipal por não haver rubrica para uma determinada despesa e ter de se alterar para outra. Relativamente aos 75 mil euros de acréscimo ao apoio às associações culturais, referiu ter a ver com a retoma da atividade depois da pandemia da COVID-19, recebendo as associações culturais uma parte indexada ao número de atividades que realizam, esperando-se mais atividades que nos anos de 2020, 2021 e 2022, logo terão de ser apoiadas nesse sentido, não tendo havido qualquer alteração ao regulamento. Referiu, ainda, que a ERPI de Outeiro é uma preocupação do executivo, mas é, também, uma questão de consciência da situação que se vive, não se podendo abstrair da situação real em que se encontra o Município de Reguengos de Monsaraz. Prosseguiu, referindo que o orçamento desejado não é este orçamento, nem, provavelmente, o orçamento que as Senhoras Vereadoras do Partido Socialista gostariam de apresentar se estivessem deste lado, sendo que a ERPI de Outeiro só poderá acontecer se houver uma candidatura e se isso acontecer não deixarão de a aproveitar. Disse, ainda, não saber como é que foram calculados os valores da empreitada, que não despertaram o interesse de nenhuma empresa de construção, tendo os concursos ficado sempre desertos. Por fim, referiu que logo que haja oportunidade serão feitas as alterações e o reforço necessário para concorrer a uma candidatura e construir a ERPI de Outeiro. -----

----- Prosseguiu no uso da palavra o Senhor Vereador António Fialho para referir que o uso da medida de ocupação temporária do cartão social do munícipe, para resolver problemas de falta de pessoal na Câmara Municipal, é usada, já era usada nos anteriores mandatos e continuará a ser usada, aliás, se não fosse este “expediente” ficaria claramente à vista os impactos da condução e da gestão financeira desta Câmara Municipal durante os últimos 12 anos, teriam parado as escolas, teria parado o turismo e teria parado tudo se não fosse o recurso a esta medida, porque o Município ficou impedido de poder contratar pessoas para o quadro de pessoal, sendo esta situação do conhecimento das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista e uma das implicações do endividamento excessivo que existe desde 2017, vai-se “tapando o sol com a peneira” com recurso a este “expediente” e continuará assim até o Município sair do endividamento. Continuou, referindo que o impacto do endividamento excessivo e os problemas nocivos que ele acarreta irão estender-se por muitos anos, até mesmo para além do tempo que se consiga sair do endividamento excessivo, continuando com um problema de 1,2 milhões de euros de serviço da dívida, que não foi referido pela Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, mas que é preciso referir, porque esse é o ponto fulcral deste orçamento, tendo que entregar todos os anos aos bancos 1,2 milhões de euros que poderiam dar muito mais folga para se ter um orçamento diferente e que todos desejam. Disse, ainda, que o dinheiro gasto nos últimos 12 anos pelos três executivos anteriores poderia estar a ser gasto agora. Referiu, de seguida, que a viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos que se irá adquirir é usada, não podendo ser nova, neste momento o município tem uma viatura com 50 anos e a que irá ser adquirida tem 8 ou 10 anos. Continuou, referindo que o autocarro a adquirir, porque o atual que faz o serviço escolar, irá deixar este ano de poder fazer esse serviço por imperativo legal, também será usado, mas com menos idade, sendo que as pessoas não deixarão de ter



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

autocarro porque o executivo não permitirá que isso aconteça. Por fim, referiu que tudo isto foi arrancado com muito sacrifício, exatamente pelo motivo que acabou de referir, relativamente à performance económica e financeira dos últimos três executivos, que foram, como muitas vezes já classificou – ruinosos. -----

----- Usou, de seguida, a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para referir, relativamente ao parecer do Revisor Oficial de Contas, que havia a “tradição” de levar um pequeno relatório à Assembleia Municipal, não se lembrando se também ia à Câmara Municipal. Referiu, ainda, que o Município mudou de Revisor Oficial de Contas, sendo seu entendimento, e com base na lei, não ser obrigatória a apresentação deste relatório, pelo que, para já, não pareceu importante vir, no entanto, atendendo a que foi feita a menção, vai tentar que o mesmo acompanhe os documentos a submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que mesmo não sendo obrigatório vão tentar que o relatório seja presente à Assembleia Municipal. -----

----- Tomou, de novo, a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal António Fialho para referir que a revisão oficial de contas tem o valor que tem, acreditando que aquilo que vem numa revisão oficial de contas é a verdade, no entanto, viu revisões oficiais desta Câmara Municipal em que havia dívidas que não estavam refletidas no documento, nomeadamente uma dívida ao IFAP sobre a qual não havia nenhuma referência na revisão oficial de contas. Referiu, de seguida, que as revisões oficiais de contas da Câmara Municipal deviam ter uma reserva ou uma ênfase acerca da necessidade de haver um despacho conjunto, alertando para no caso de não haver esse despacho a vida desta casa ficar impossível de governar, não estando nada disso refletido nos relatórios. Disse, ainda, que as revisões oficiais de contas, às vezes, têm o valor que têm, pois deviam ser, para quem analisa um relatório ou para quem analisa um orçamento, uma ajuda de quem tem mais tempo e mais pormenor, mas às vezes isso não acontece.-----

----- Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir que mencionou o parecer por o mesmo vir referido no próprio orçamento. -----

----- Continuou no uso da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para referir que a intenção era anexar o parecer, por ser um hábito, mas que depois de falar com Revisor Oficial de Contas entendeu-se não ser necessário. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimento e à página 27 do mesmo, referiu que o aumento da rubrica diz respeito ao investimento do 1.º Direito, não se referindo a empréstimos, será, mas será transitório e não direto pelo município, será através do Fundo. A rubrica “outros”, no valor de 1,2 milhões de euros, refere-se à Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) de Perolivas, por não ter rubrica própria, a qual será criada na próxima revisão ao orçamento. Relativamente a todos os outros investimentos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que poderia ter sido feito um orçamento demagógico, onde se colocaria a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) de Outeiro e outras coisas que se pretendem realizar, mas que só poderão avançar com recurso a fundos, com acesso ao Portugal 20|30 ou ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas como nada disso está definido e a informação é pouca, não poderá ser colocado em orçamento só por colocar, sendo que o que está em orçamento é aquilo que irá ser feito, sendo



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

um orçamento verdadeiro, 100% exequível. Em relação a todas as novidades ou alterações que existirem durante o ano, nomeadamente uma candidatura ou um projeto importante para o Município, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que entrará logo em orçamento, para isso existem as revisões e as alterações ao orçamento quando são devidamente enquadráveis. Referiu, de seguida, que a frota do Município tem sido bastante reforçada, não com carros novos, porque não pode ser, havendo que dar equipamento aos operadores e assim será este ano, tendo sido adquiridas seis viaturas de trabalho e no ano de 2023 continuará o reforço com a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos e de um autocarro, que bastante falta faz, sendo os valores mencionados, valores de ocasião, viaturas seminovas que estão em condições e que brevemente andarão a circular nas ruas de Reguengos de Monsaraz a servir os reguenguenses. Prosseguiu, referindo que a receita está feita com base nas receitas do ano 2022, por sinal, são bastante superiores às receitas do ano anterior, tendo todas elas uma pequena diferença. Para além das receitas, referiu estar previsto no início do ano realizar-se uma revisão ao preçário do município, que não é atualizado há pelo menos 12 anos, não acreditando, no entanto, que seja daí que venha o maior benefício, pois será, apenas, uma atualização de preços em função e de acordo com o praticado nas outras autarquias. Referiu, ainda, que as alterações mais significativas se esperam do pagamento de taxas, porque existem projetos novos que vão ser realizados no próximo ano, acreditando que o valor da receita andarà muito próxima da prevista em orçamento. -----

----- Tomou, de seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que em relação ao quadro síntese, que é importante que fique claro, o mesmo não reflete a sua apresentação, reforçando o que já havia dito, estando tudo no Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda. Lucena para referir que acredita porque viu o documento, a sua questão é que se este quadro for apresentado isoladamente, não reflete nitidamente o esforço que a Senhora Presidente diz estar a fazer para a gestão da Câmara Municipal. -----

----- Voltou a tomar a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir não ser surpresa para as Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, porque com certeza não olharam só para o quadro síntese e sabem que é verdadeiro. -----

----- Usou, de novo a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir que a sua preocupação ao analisar o documento é perceber aquilo que é a perspetiva do executivo para 2023, lendo, sobretudo, o primeiro volume do documento, porque explana resumidamente todas as questões, havendo dúvidas recorre, então, ao segundo volume, que é extenso, composto por 190 páginas, e que para analisar devidamente seria necessário muito mais tempo, no entanto, foi ver o que era necessário, concluindo não estar tudo refletido. -----

----- Tomou, novamente, a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para referir pensar saber qual é a confusão, deixando que seja a Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dra. Rute Murteira, a esclarecer, mas o objetivo do Plano Plurianual de Investimento (PPI) é “Mais pelas Pessoas”.-----

----- Seguidamente, usou a palavra a Senhora Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dra. Rute Murteira, para referir,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

relativamente à questão do quadro síntese do Plano Plurianual de Investimento (PPI) 2023-2027, página 21 do volume I, que o orçamento está dividido em classificações orgânicas, que são facultativas, nomeadamente a 01 que é administração autárquica, dividida em Assembleia Municipal, Câmara Municipal e operações financeiras, divididas em 0101, 0102 e 0103. Prosseguiu, referindo que desde 2022 o orçamento está muito mais detalhado, dividido em classificações orgânicas que traduzem os pelouros do executivo em funções, indicando os valores que pretende para o orçamento, dividido por 10, 20 e 30, com as respetivas subdivisões dos pelouros, posteriormente, dentro de cada classificação orgânica, encontra-se a classificação económica, que essa sim, é a classificação de lei, conforme a natureza das despesas, se são despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços, juros e outros encargos financeiros, transferências correntes, outras despesas correntes, aquisições de bens de capital, transferências de capital e passivos financeiros, essencialmente são estes os grandes capítulos da despesa. Os documentos previsionais, prosseguiu, são compostos pelo orçamento e pelo plano plurianual de investimentos, só constando no plano plurianual de investimentos aquilo que em termos de orçamento está na classificação económica 07, dentro de cada classificação orgânica, o que começa por 07, que são as aquisições de bens de investimento de capital é que fica descrito no plano plurianual de investimentos, não podendo o plano plurianual de investimentos refletir tudo aquilo que o município pretende fazer ao nível de despesa corrente, tudo o que é corrente tem de se confirmar na parte do orçamento. Referiu, ainda, que talvez, essa seja uma das questões ou uma das razões pela qual se levantam dúvidas relativamente à saúde e à cultura, por apenas terem mil euros, porque esses mil euros estão em equipamento básico, todos os outros investimentos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu na sua apresentação estão considerados em despesas correntes, não estão considerados no plano plurianual de investimentos, não são investimentos de natureza de capital, investimentos que serão imobilizados no património do município, contudo, não deixam de ser investimentos em atividades, em iniciativas que se pretendem realizar. O quadro resumo, efetivamente, é um resumo por objetivo e por programa daquilo que está no plano plurianual de investimentos, tendo a possibilidade de ver, por objetivo e por programa, quais são os valores totais, mas não tendo a possibilidade ver quais são os projetos de investimento que cada programa inclui, para isso terá de ser consultado o descritivo do PPI. Continuou, referindo que o quadro tem na coluna do ano 2023 o somatório do montante previsto em financiamento definido e em financiamento não definido, no plano plurianual de investimentos o que está previsto para os 2,1 milhões de euros é tudo aquilo que está descrito no plano plurianual de investimentos, volume II do documento, a seguir à parte orçamental terá de se ver o plano plurianual de investimentos para que se perceba na coluna do ano de 2023 o que é que soma 2,1 milhões de euros e, por sua vez, ver numa coluna que projetos têm previsto financiamento não definido, ou seja, financiamento que ainda não se encontra definitivamente aprovado ou assegurado ao Município. Referiu, ainda, que o projeto 1.º Direito está previsto em três tipologias, totalizando 3 milhões de euros no financiamento não definido em 2023, a estratégia para a habitação está aprovada, mas as candidaturas para os investimentos em concreto ainda não estão definitivamente aprovadas, pelo que deverá inscrever-se esse montante em investimento não definido, sendo que assim que houver a sua aprovação, através de uma alteração ao orçamento, uma vez que já está inscrito no plano



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

plurianual de investimentos, poderá passar-se para o financiamento definido e, simultaneamente, e em contrapartida, inscrever na receita. Por fim, a Senhora Chefe da Divisão de Gestão Financeira referiu ser esta a razão pela qual existe um pico em 2024, porque o ano de 2023, neste momento, é um ano de orçamento vinculativo, os anos seguintes são meramente informativos, sendo que no ano de 2024 e nos anos seguintes não há possibilidade de distinguir na despesa o financiamento definido do não definido, como tal, se é colocado na despesa, para se ter um orçamento equilibrado terá, também, de ser colocado na receita.-----

----- Tomou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Anabela Caeiro começando por referir a questão das palavras positivas, concordando, totalmente, com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, até porque há mais de um ano que entra dentro desta casa e tem sentido muita falta de ouvir palavras positivas, porque naquilo que é trabalho feito para trás e naquilo que está a ser feito agora há trabalho bem feito e há trabalho menos bem feito, merecendo todos ouvir palavras positivas, pelo que quando se pede aquilo que não se dá, às vezes torna-se complicado. Relativamente à questão da requalificação do pavilhão gimnodesportivo e dos 300 mil euros previstos para o Campo de Futebol, que o atual executivo entendeu canalizar para o pavilhão, referiu que no quadro apresentado verifica estarem os 300 mil euros com financiamento não definido, pelo que questionou se o parecer que a autarquia aguardava relativamente à transição do financiamento do campo de futebol para o pavilhão gimnodesportivo já existe. Prosseguiu, após análise ao plano plurianual de investimentos, àquilo que são linhas pensadas e à orientação política do executivo em termos de ambição para o território, questionado, relativamente ao Centro Interpretativo da Manta Alentejana, em que moldes é que este apoio será feito. Referiu, de seguida, relativamente à Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) de Monsaraz, não ter qualquer motivo para duvidar da palavra, no entanto, gostaria de vê-la refletida nas linhas estratégicas deste documento. Prosseguiu, referindo que haverá uma candidatura, tal como aconteceu com a ERPI de Perolivas, em que houve uma candidatura, houve concursos que ficaram desertos, houve uma luta difícil começada por uns, terminada por outros, com os méritos que uns e outros tiveram, deixando, de seguida, uma palavra positiva para o trabalho realizado. Referiu, de novo, que gostaria de ter visto refletido nestes documentos exatamente o mesmo empenho para a ERPI de Monsaraz, mas em momento nenhum se reflete para os próximos anos, não havendo qualquer referência, nem orçamental, nem nas linhas de atuação do executivo. Continuou, relativamente à execução dos projetos europeus e dos projetos com financiamento de fundos comunitários, referindo conseguir perceber que haverá verbas que vão ser recebidas em 2023, e algumas em 2024, questionando, de seguida, que projetos novos foram feitos, que candidaturas novas foram apresentadas, porque não as consegue entender, à exceção da “Via Pedonal”, com um valor de 997 mil euros, questionando se a mesma já se encontra aprovada, se já existe financiamento e de onde vem esse financiamento. Questionou, de seguida, quais são os novos projetos com propostas de financiamento aprovado, tendo em conta que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) está a decorrer e com alguns financiamentos a 100%, pelo que, principalmente, na área ambiental seria uma resposta efetiva e muito importante para algumas dificuldades que se atravessam neste momento. Estando em causa financiamentos a 100%, a Senhora Vereadora Anabela Caeiro questionou



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

quais as candidaturas previstas e a nível de outros projetos estruturantes, que também não estão plasmados neste documento em termos de candidaturas, quer ao PRR, quer a fundos europeus, o que é que o executivo tem previsto, não conseguindo perceber quando analisou o documento. Por fim, referiu, relativamente ao Revisor Oficial de Contas (ROC), ter percebido que os documentos às vezes contêm erros, mas quando recebe um documento faz fé nele, gostando, também, de fazer fé num documento de um Revisor Oficial de Contas, não por não fazer fé naquilo que está escrito, mas porque, de forma sintética, gostaria de ver uma análise breve àquilo que são as propostas orçamentais do executivo. Referiu, ainda, poder estar errada, pois não é jurista nem advogada, mas acha que o parecer do ROC deveria, por lei, acompanhar este documento, e não é que não faça fé daquilo que é o trabalho técnico desta casa ou do executivo, é porque gostaria de ter um parecer de um Revisor Oficial de Contas em relação àquilo que está a ser apresentado. -----

----- Usou, de seguida, a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para esclarecer existir um parecer positivo por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) relativamente à transferência das verbas para a aplicação no Pavilhão Gimnodesportivo, no entanto, a CCDRA continua a aguardar um parecer positivo por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e, por isso, não está ainda definido. Disse, ainda, que, provavelmente, terá de ser feito um novo projeto, seja através do Portugal 20|30, seja através do PRR, de qualquer forma a situação do “não definido” é meramente transitória, porque assim que estiver definida a linha adotada, passará imediatamente a “definido” e pelo montante correto. Relativamente ao projeto da Via Pedonal, o Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que a candidatura ainda não está aprovada, foi rececionado um pedido de esclarecimentos, que já foi respondido e enviado, aguardando-se aprovação da candidatura. Referiu, de seguida, relativamente à ERPI de Outeiro, e a outras candidaturas que não estão espelhadas no documento, sendo que para constarem teria de se inventar um valor, aliás, como se confirmou com a ERPI de Perolivas em que os valores não estavam corretos. O projeto da ERPI de Outeiro terá de ser revisto por não estar completo, eram projetos prévios, não eram projetos definitivos, terá de ser alterado ao nível de arquitetura e de especialidades e ao nível de orçamentação está completamente desfasado. Poderia colocar-se um milhão ou um milhão e meio, se não houvesse candidatura teria de ser retirado. Referiu, de seguida, perceber que estar mencionado traria mais segurança às Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, no entanto o executivo já assumiu que esse projeto é para concretizar e será concretizado com menos problemas que o de Perolivas, que já vai com um desvio de, aproximadamente, 400 mil euros, não querendo que aconteça o mesmo com o projeto da ERPI de Outeiro.-----

----- Voltou a usar a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal António Fialho para referir que a construção da ERPI de Outeiro está assumida pelo executivo, dependendo muito das candidaturas, dos valores e das comparticipações, para que se façam as coisas com os pés assentes na terra e para levar a candidatura a bom porto. Relativamente às candidaturas na área do ambiente, recordou que o Parque de Valorização de Resíduos do Álamo é uma das candidaturas já apresentada e aprovada, há outra para a limpeza das linhas de água e existe, ainda, uma terceira, encontrando-se neste momento três candidaturas aprovadas e mais uma ou duas em estudo. Referiu, de seguida, ter, provavelmente,



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

um defeito de formação de análise de balanços e de concessão de crédito, na sua profissão valorizava-se o relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) sobre o relatório e contas da empresa, que dizia o que estava mal, quais as ameaças e quais as oportunidades que a empresa teria e que eram analisadas antes de dar crédito a essa empresa, nunca tendo trabalhado com revisões oficiais sobre orçamentos, o orçamento não é taxativo, por isso, talvez lhe terá passado a necessidade de haver um relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) sobre o orçamento, provavelmente seria costume, sobretudo nos últimos quatro anos, ver o parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) sobre o orçamento. Referiu, ainda, que lia os pareceres, de ponta a ponta, sobre o Relatório e Contas, verificando, por vezes, que ficava um défice, pois eram conhecidas as ameaças que a instituição tinha e que nunca eram refletidas, as revisões oficiais de contas eram sempre limpas, quando, efetivamente, havia ameaças efetivas sobre a vida da Câmara Municipal. Por fim, referiu, relativamente ao Centro Interpretativo da Manta Alentejana, não haver nada de concreto, havendo a hipótese de haver uma classificação, mas é um processo que está em estudo, crendo haver uma iniciativa particular, sendo que se surgir uma candidatura nesse sentido será feito o contacto com a única fábrica existente no concelho e serão analisadas as medidas em que a autarquia possa colaborar com a iniciativa privada e, depois, avançar-se-á, ou não, estando o executivo atento às mantas, à classificação e à possibilidade de não deixar morrer esta arte. -----

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir, relativamente à questão das candidaturas futuras não se refletirem por não se poderem inventar valores, que aquilo que é a experiência da maior parte das autarquias, não há muita tendência de se inventarem valores, daí estar previsto no programa do Partido Social Democrata, se bem se lembra, estudos e levantamentos de necessidades para que se possa fazer o trabalho a nível de candidaturas, pedir projetos, pedir estudos de viabilidade, até mesmo a nível económico, para se tentar perceber e, com tempo, criar uma carteira de projetos, para que quando abrem as candidaturas se tenha a capacidade de resposta naquele período de tempo, às vezes tão curto, sendo, por vezes, impossível para os técnicos elaborar em tão pouco tempo todas as peças necessárias para integrarem as candidaturas, principalmente as que têm obras, que são as mais exigentes, ou as que exigem estratégia prévia, como é o caso do 1.º Direito. Prosseguiu, referindo achar que seja prática de ninguém inventar valores, há que se pensar aquilo que se pretende. Referiu, ainda, relativamente à prestação de serviços, existir um grande investimento e uma parte da verba para a prestação de serviços para a área de consultoria e projetos, questionando, de seguida, se a equipa técnica do município não tem capacidade para dar resposta, e se assim for, quais as áreas previstas para essas consultorias e projetos. -----

----- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que o Senhor Vice-Presidente não fez por mal quando usou a expressão “inventar valores”, sendo, de facto, uma expressão grosseira, no entanto, existe já uma derrapagem de 400 mil euros numa obra, não se terão inventado esses valores, mas em termos previsionais não terão sido bem calculados. -----

----- Usou, novamente, a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal António Fialho para referir já existirem vários projetos em carteira a aguardar a abertura de candidaturas, que conforme previsto o Plano de Recuperação e Resiliência



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

(PRR) avançará em fevereiro, com alguma força, até porque o nível de execução está muito baixo. Disse, ainda, estarem em carteira aqueles projetos que a capacidade dos técnicos da autarquia permitiu fazer, havendo pelo menos quatro projetos em carteira à espera da sorte.-----

----- Usou, de seguida, a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para pedir desculpa pela expressão utilizada, não querendo ser, de modo nenhum, ofensivo. Continuou, referindo que o Município tem várias formas de poder atuar relativamente às candidaturas, podendo ter de realizar os próprios projetos ou ficar à espera que as candidaturas abram e trabalhar em função disso, sendo opção deste executivo fazer aquilo que a autarquia necessita. Referiu, ainda, que terá de haver trabalho de casa feito para que quando saiam os avisos não falte tudo, para que não aconteça o que aconteceu ao projeto da ERPI que teve de ser feito em 30 dias, o que levou a um projeto que não foi terminado, que era provisório e que deu no que deu, não se podendo permitir que isso volte a acontecer neste Município. Disse, ainda, perceber que às vezes não é fácil, mas quando se entra neste tipo de projetos os mesmos deverão ser revistos antes de serem candidatados, que foi o que não aconteceu com a ERPI de Perolivas, daí os problemas que têm surgido, que se irão resolver, a ERPI será construída e tudo correrá bem, mas com dificuldades que não eram necessárias.-----

----- Usou, de novo, a palavra a Senhora Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dra. Rute Murteira, para referir, relativamente à diminuição dos passivos financeiros no orçamento para 2023 face a 2022, que a diminuição dos encargos com a amortização de empréstimos se deve à conclusão do pagamento, ao término do prazo dos planos de pagamento, de cinco empréstimos em 2022. Relativamente à questão do montante de empréstimos em dívida, referiu que se cumprindo os planos de pagamento dos empréstimos, espera-se terminar o ano com 9,5 milhões de euros em empréstimos contratados, na ordem dos 140 mil euros de encargos com empréstimos no mês de dezembro, estando o Município, neste momento, com cerca de 9,6 milhões de euros.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para referir que estes valores se referem a empréstimos financeiros, empréstimos à banca, para que seja perceptível por todos.-----

----- De seguida, usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir que por essa razão é que pediu o esclarecimento. Continuou, referindo não quer deixar de reconhecer o acolhimento, por parte deste executivo, de muitas das propostas apresentadas pela bancada do Partido Socialista, as quais se encontram refletidas no presente orçamento, daí ter dito, anteriormente, que os seu comentários não seriam só para referir as coisas que estavam menos bem, mas também para reconhecer que o executivo teve em consideração muitas proposta apresentadas na reunião de trabalho, como tal, agradeceu e disse, esperar que as mesmas possam ter sucesso no trabalho que o executivo propõe para 2023.-----

----- Tomou, de seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que se falou sobre o que é um orçamento verdadeiro e o que é um orçamento ilusório, sendo que aquilo que este executivo entende é que este é um orçamento verdadeiro, foi entendimento que assim fosse por uma questão de total



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

transparência com os reguenguenses com a qual sempre se comprometeram. Referiu, ainda, não ser este o orçamento desejado, até porque acabou de se falar na condição financeira do Município, de 9,6 milhões de euros de dívidas ao banco, sabendo que se entrega todos os anos 1,2 milhões de euros para pagamento do serviço da dívida, o que significa que isto não deixa realizar o orçamento desejado pelo Partido Social Democrata, sendo que o orçamento gostaria de estar aqui a apresentar era um orçamento mais arrojado naquilo que diz respeito ao que é governar para as pessoas, ainda assim, considera que deve ser apresentado um orçamento verdadeiro, não um orçamento ilusório, jamais um orçamento que sirva só para encher o olho dos reguenguenses e no fim nada acontecer que impacte, de facto, e verdadeiramente, nas suas vidas. Continuou, referindo que este executivo traz para discussão, votação e aprovação, um orçamento que tem um reforço e um investimento na área da saúde e dos cuidados de saúde primários para os reguenguenses, um orçamento que tem um reforço e uma preocupação com a área da educação, dos alunos e das escolas, um orçamento que tem um reforço na área do ambiente, designadamente, na conservação das ruas e na aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbano, traz um orçamento que tem um apoio às famílias, um apoio à natalidade dos reguenguenses, um orçamento com muitas novidades a nível de cultura, trazendo uma companhia nacional de teatro a Reguengos de Monsaraz, o Teatro Nacional D. Maria II, e uma companhia regional que é o CENDREV, foi apresentado um reforço e preocupação na área do desporto, em breve será construído um campo de 3x3 de basquetebol para os jovens deste concelho, será requalificado o Pavilhão Gimnodesportivo que servirá toda a população, havendo, ainda, uma preocupação com os animais, com o comprometimento com a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO), será, ainda, reforçada a frota automóvel do Município de Reguengos de Monsaraz. Disse, ainda, ser este o orçamento possível de apresentar, dentro dos 17 milhões de euros, sendo um orçamento com uma preocupação espelhada no apoio à famílias, sendo, sem dúvida, um orçamento que pretende que 2023 seja um ano em que, mais uma vez, o Partido Social Democrata e este executivo governa para as famílias reguenguenses.-----

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir, na sequência daquilo que foi a intervenção do Partido Socialista há um ano atrás, que a sua posição na altura foi de abstenção para com o orçamento, justificando não conhecer o trabalho que ia ser desenvolvido pelo executivo e que este ano seria o primeiro ano de avaliação, considerando, pela análise feita, que o orçamento de 2023 espelha aquilo que é a política do Partido Social Democrata para o Município, não espelhando a posição nem o programa do Partido Socialista para os reguenguenses. Continuou, referindo que as Senhoras Vereadoras do Partido Socialista consideram que votar contra não faria sentido, votar a favor também não, apesar de perceberem os condicionalismos, no entanto, não se revêm neste orçamento, sendo a sua posição de abstenção, com base no que foi falado e nos esclarecimentos prestados, que agradeceu, e que foram essenciais para esclarecer algumas dúvidas que as eleitas do Partido Socialista tinham relativamente ao documento. -----

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, do Senhor Vice-Presidente da



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, e do Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho, e duas abstenções das Senhoras Vereadoras Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena e Anabela Capucho Caeiro:-----

- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 57/VP/2022; -----
- b) Aprovar, em ordem ao preceituado no n.º 1 do artigo 45.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, republicado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, com a alteração aprovada pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro e na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Proposta do Plano Plurianual de Investimentos 2023-2027 e Orçamento para o ano de 2023 do Município de Reguengos de Monsaraz, documentos que se encontram anexos à Proposta n.º 57/VP/2022 e aqui se dão por integralmente reproduzidos para os legais efeitos;-----
- c) Remeter à Assembleia Municipal, sob a forma de proposta, os aludidos documentos previsionais, para efeitos de apreciação e aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- d) Determinar à Divisão de Gestão Financeira deste Município a adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis à cabal e integral execução da presente deliberação.-----

Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º 58/VP/2022, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 25 de novembro de 2022, atinente ao Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, proposta com o teor que ora se transcreve: -----

“PROPOSTA N.º 58/VP/2022

MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ PARA O ANO DE 2023

Considerando:

- *Que a organização dos serviços do Município de Reguengos de Monsaraz, atualmente em vigor, foi aprovada por deliberações da Assembleia Municipal tomadas nas suas sessões ordinárias de 20 de dezembro de 2012, de 28 de dezembro de 2017, de 28 de fevereiro de 2019 e de 26 de fevereiro de 2021, por deliberações da Câmara Municipal tomadas nas suas reuniões ordinárias de 26 de dezembro de 2012, de 12 de junho de 2019 e de 7 de abril de 2021 e pelo despacho do Senhor Presidente da Câmara com o n.º 18/GP/2012, de 28 de dezembro, alterado pelos Despachos do Senhor Presidente da Câmara com os n.ºs 10/GP/2014, de 16 de dezembro, 38/GP/RHU/2018, de 3 de abril, 11/GP/2019, de 23 de julho e 29/GP/2021, de 5 de maio;*
- *Que os diferentes momentos de conformação da organização de serviços do Município encontram-se publicados no Diário da República, 2ª Série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2013, n.º 5, de 8 de janeiro de 2013, n.º 8, de 11 de janeiro de 2013, n.º 9, de 14*



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

de janeiro de 2015, n.º 62, de 28 de março de 2018, n.º 79, de 23 de abril de 2018, n.º 74, de 15 de abril de 2019, n.º 139, de 23 de julho de 2019, n.º 162, de 26 de agosto de 2019, n.º 66, de 6 de abril de 2021, n.º 91 de 11 de maio de 2021 e n.º 101, de 25 de maio de 2021;

- Que os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desempenho das respetivas atividades, caracterizados nos termos do n.º 2 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP);
- Que uma estrutura orgânica tem de ter suporte num mapa de pessoal que permita alcançar os objetivos traçados para a gestão municipal pelos diferentes órgãos autárquicos;
- Que os mapas de pessoal, por oposição aos anteriores quadros de pessoal, surgem agora como instrumentos de gestão municipal mais flexíveis e menos estáveis;
- Que os mapas de pessoal, de carácter anual, possibilitam a sua adequação às necessidades sentidas pelos municípios para o ano em que são aprovados, adaptando-se aos desafios e constrangimentos conjunturais;
- Que o mapa de pessoal está em direta articulação com os restantes instrumentos de gestão, exigindo a sua execução rigor, por forma a atingirem-se os projetos plasmados nas Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S),

Nestes termos, propõe-se, que a Câmara Municipal aprove a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2023, que se anexa, e a submeta, de acordo com o preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, no artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação final pela Assembleia Municipal;”

----- De seguida, solicitou ao Senhor Chefe da Divisão de Administração Geral, Nelson Galvão, que procedesse a uma breve explicação sobre o Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, tendo este referido o documento surge na sequência dos mapas dos anos anteriores, com a inclusão de uma novidade que é consagração, pela primeira vez, dos trabalhadores transferidos do Ministério da Educação no âmbito do processo de transferência de competências. Referiu, ainda, que apesar deste pessoal ter sido transferido em abril, apenas na primeira alteração havia a obrigatoriedade de se incluir estes trabalhadores. Continuou, referindo prever-se, também, impactar das competências na área da ação social com a previsão de inclusão de um recurso humano, não sendo uma transferência direta, estando prevista a transferência de verba para recrutamento de um técnico superior para o desenvolvimento das competências na área social. Referiu, de seguida, que se consagra uma previsão de postos de trabalho de eventuais competências que venham a acontecer na área da saúde, contemplando apenas os assistentes operacionais, tendo em conta o levantamento efetuado por parte da tutela da saúde, em que se prevê a transferência de seis assistentes operacionais, daí surgirem no mapa de pessoal seis postos de trabalho vagos na área da limpeza de edifícios. Prosseguiu, o Senhor Chefe da Divisão de Administração Geral, referindo que o mapa de pessoal é o espelho daquilo que são os recursos humanos da autarquia, ou seja, dos postos de trabalhos que estão ocupados, daqueles que se preveem para o ano de 2023 e que possam vir a ser preenchidos, cruzando-se sempre, com as necessidades sentidas em resultado das aposentações que possam acontecer durante o próximo ano, sobretudo ao nível de pessoal operacional, que é onde se prevê uma maior saída por efeitos de aposentação durante o ano de 2023. Disse, ainda, que o mapa está sempre condicionado àquilo que virá a ser aprovado e às medidas que virão a ser contempladas ao nível do Orçamento



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

de Estado para o próximo ano, apesar de já se ter noção e de o diploma já ter sido aprovado, apesar de ainda não estar publicado, sendo que se presume que venha a acontecer ao nível de recrutamento de pessoal as restrições que se têm sentido ao longo dos últimos anos, ou seja, os municípios que estejam em situação de endividamento estão, em regra, proibidos de recrutar, com as exceções que venham a ser consagradas no Orçamento de Estado, isto para dizer, que alguns dos lugares que o município pretende abrir ou preencher durante o próximo ano poderão estar condicionados com os impedimentos que possam ser colocados ao nível de Orçamento de Estado, o que implica que ao longo do ano se vá fazendo uma monitorização da evolução da realidade da autarquia. Referiu, ainda, que o mapa de pessoal tem 286 postos de trabalho ocupados na presente data, 87 postos de trabalho vagos, que não são totalmente reais, pois não vão ser preenchidos mais 87 postos de trabalho, o que existe é a necessidade de, por vezes, duplicar os postos de trabalho devido às mobilidades internas, quando se muda um trabalhador de um serviço para outro, tem de haver dois postos de trabalho quando só se necessita de uma pessoa, havendo que estar previsto o posto de destino, só se extinguindo a origem quando acontecer a consolidação no serviço de destino. Prevê-se, também, dar resposta a algumas situações de mobilidade na categoria, em que os trabalhadores mantêm a mesma categoria, o mesmo vencimento, havendo uma mudança para outro posto de trabalho ou para outra atividade, dando resposta àquilo que na prática já acontece, dá-se, ainda, resposta a algumas aspirações internas de evolução de carreira, com a previsão de algumas mobilidades intercarreiras e intercategorias.-----

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para referir que ao analisar a proposta de orçamento e do mapa de pessoal verificou algumas referências à mesma designação ao nível da área de aquisição de serviços e àquilo que são áreas que eventualmente estão previstas como vagas no mapa de pessoal, não querendo dizer com isto que sejam duas pessoas diferentes, no entanto, questionou se estando previsto em mapa a verba existente na aquisição de serviços é para salvaguardar o técnico, na eventualidade de não se poder fazer a criação desse posto de trabalho, pois encontra pelo menos quatro ou cinco técnicos superiores nessas condições.-----

----- Tomou de seguida a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, para referir que é precisamente como a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena mencionou pode haver essa necessidade ou não, como pode haver a necessidade de contratar o técnico e contratar o serviço.-----

----- Voltou a usar a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Lucena para questionar se não há duplicação ao nível de verba, ao que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, respondeu que a verba para os recursos humanos está prevista apenas para as situações de contrato de trabalho.-----

----- Continuou no uso da palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena para questionar se já foi aceite o auto de transferência de competências na área da saúde, uma vez que pensa que este pessoal integrará o auto ou pelo menos aquilo que será esperado através das transferências de competências a nível de pessoal e de equipamentos. Questionou, ainda, se na área da ação social está previsto um posto para alguém de serviço social fazer este trabalho.-----

----- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

relativamente à transferência de competências na área da saúde, não haver avanços por parte do Ministério da Saúde, sendo que o Município de Reguengos de Monsaraz encontra-se em condições de assinar o auto, depois de ver esclarecidas as suas dúvidas pela Senhora Ministra aquando da sua visita à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), relativamente aos recursos humanos e aos seguros das viaturas. Continuou, referindo que posteriormente surgiu a negociação entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo do acordo setorial para as áreas da saúde e da educação, sendo que quando esse acordo é assinado o auto já está redigido para ser assinado entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a Administração Regional de Saúde, tendo, nessa altura, sido solicitados esclarecimentos à Administração Regional de Saúde sobre se se avançava para a assinatura do auto, o que não faria muito sentido, uma vez que este teria de ser corrigido em função daquilo que ficou acordado pelo Senhor Primeiro Ministro no acordo setorial com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Prosseguiu, referindo que na altura foi respondido pelo técnico da ARS que a redação do auto iria ser revista para que ficasse conforme o acordo entretanto firmado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo, aguardando-se, assim, indicações do Ministério da Saúde. Por fim, a Senhora Presidente da Câmara Municipal agradeceu a questão apresentada pela Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, pois possibilitou esclarecer os eleitos e os reguenguenses de que o Município está em condições de assinar o auto, aguardando indicações da Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS), a qual aguarda, também, indicações do Ministério da Saúde. -----
----- Voltou a usar a palavra a Senhora Vereadora, Esmeralda Lucena, para questionar sobre o ponto de situação, pois havia a indicação que em janeiro de 2023 se iniciariam, obrigatoriamente, essas competências na esfera dos municípios.

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que a transferência de competências na área da saúde obriga à assinatura de um auto de transferências, ou seja, até haver a assinatura formal desse documento não haverá transferência, o que não está do lado do Município, uma vez, que este está preparado e pronto para assumir a saúde, aguardando-se as indicações do Ministério da Saúde.-----

----- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho para referir que a transferência de competências na área da ação social terá de estar completa no dia 2 de janeiro de 2023, havendo a possibilidade de o serviço ficar protocolado com a instituição particular de solidariedade social (IPSS) que tivesse o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), mas a negociações não chegaram a bom porto, decidindo-se manter o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) na instituição que o tem por sua conta, assumindo o Município de Reguengos de Monsaraz o tratamento do Rendimento Social de Inserção (RSI). Continuou, referindo que irá ser lançado um concurso para um técnico superior da área de serviço social, sendo o serviço assegurado pelos técnicos da autarquia até à conclusão do concurso. Por fim, referiu que as restantes obrigações desta transferência de competências eram a criação de um logotipo específico para o serviço, que está a ser tratado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem do Município, a criação de emails (também está feito), estando, neste momento, a ser tratado o



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

plano de comunicação para informar a população sobre a transferência deste serviço, que passará a funcionar no Gabinete de Ação Social do Município de Reguengos de Monsaraz. -----

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: -----

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 58/VP/2022; -----

----- b) Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, o qual se encontra em anexo à Proposta n.º 58/VP/2022 e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- c) Submeter o aludido documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, no artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- d) Determinar à Divisão de Administração Geral a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, informou que nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, fixava-se o período de intervenção aberto ao público. -----

----- Não se verificou qualquer intervenção. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA

----- A presente ata ficou lavrada, lida e aprovada em minuta, por unanimidade, no final da reunião de harmonia com o preceituado no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais. -----

----- E nada mais havendo a apreciar, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu por encerrada a reunião. Eram 17 horas. -----

----- E eu _____ na qualidade de Secretário desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, lavrei, li e subscrevi a presente ata. -----